ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **dwyXz73wNinL** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

Co-criando a cidade com crianças e adolescentes: articulações e reflexões a partir de experiências em espaços educativos

Autores:
Mariana Ribeiro Pardo - Universidade Federal da Bahia - ribeiropardo.mariana@gmail.com
Ana Clara Oliveira de Araújo - Universidade Federal da Bahia - clara.oliveiradearaujo@gmail.com
Davi Lima Bastos - Universidade Federal da Bahia - davibastosarq@gmail.com
Maria Luiza Freitas Rocha - Universidade Federal da Bahia - mluiza_freitas@hotmail.com

Resumo:

A discussão em torno da participação de crianças e adolescentes no planejamento urbano tem sido frequente no campo da Arquitetura e Urbanismo, considerando importante a inclusão desses agentes sociais nos processos de produção e de planejamento urbano, entendendo-os não apenas enquanto usuários, mas também enquanto agentes de transformação, criação e proposição da cidade. Nesse sentido, o CURIAR – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, vem desenvolvendo projetos de extensão universitária em colaboração com dois espaços educativos de Salvador: a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada, na região do Subúrbio Ferroviário; e o Centro Municipal de Educação Infantil União Boca do Rio, no bairro da Boca do Rio. As atividades que vêm sendo realizadas, configuram-se como continuidade de ações que já eram praticadas anteriormente pelas coordenações pedagógicas desses locais, voltadas para a interação com a comunidade em que se inserem, assim como com os demais agentes sociais e culturais presentes nesses territórios.

CO-CRIANDO A CIDADE COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

articulações e reflexões a partir de experiências em espaços educativos

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CAMPO DO PLANEJAMENTO URBANO

O campo da Arquitetura e do Urbanismo, por assumir um papel importante no planejamento e na construção das cidades e dos espaços urbanos, é atravessado constantemente por tensões e questionamentos que implicam na necessidade de um diálogo intermitente com outros campos disciplinares. Nesse sentido, há também uma defesa de que a formação universitária fortaleça um processo de sensibilização dos estudantes quanto ao contexto social em que se inserem, vendo, portanto, a extensão universitária como um lugar potencial para o desenvolvimento dessas experiências dialógicas. Esse pensamento foi sustentado por Paulo Freire em sua prática educativa, e expresso em suas interpretações acerca da extensão, defendendo a necessidade de comunicação entre o saber acadêmico e o saber popular, tendo o entendimento de que

> "[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais" (FREIRE, 1983, p.15).

Em consonância com essa visão, e com a compreensão da importância da autonomia estudantil na construção do conhecimento, são desenvolvidas as atividades dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs), que são autogestionado pelos estudantes de forma horizontal, interdisciplinar e democrática. Como outros Escritórios Modelo, o Curiar[1] busca repensar os espaços urbanos a partir da interação com seus moradores, reforçando a imprescindibilidade da participação cidadã nas decisões relativas à cidade e à vida coletiva. A atuação do Escritório Modelo ocorre, em sua maioria, em espaços invisibilizados, nos quais o

[1] O Curiar – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, é um Programa de Extensão Permanente vinculado à Faculdade de Arquitetura da UFBA, em funcionamento desde 2011. Por conta das limitações institucionais, enquanto atividade estudantil, o Curiar é registrado por um professor coordenador, da área de Arquitetura e Urbanismo, que no grupo assume o papel de orientador/conselheiro.

Estado e o planejamento urbano mostram-se ineficazes na melhoria das condições de vida da população. Assim, os projetos do Curiar são construídos como uma forma de repensar espaços e instâncias nos quais o planejamento é construído, debatido e efetivado, bem como os interlocutores privilegiados nesse processo, refletindo também sobre a padronização de um modelo urbano que desconsidera as particularidades locais.

No contexto desses territórios socialmente invisibilizados, que estão localizados nas periferias e nos fragmentos de áreas centrais estrategicamente rejeitados pelos especuladores imobiliários, coexistem diferentes lógicas de formalidades e informalidades, além de organizações autônomas de modos de vida que estão pautadas em uma outra perspectiva de cidade, relacionada com o fortalecimento da comunidade, da coletividade e da afetividade. Careri (2011) observa que, nesses espaços, há certo dinamismo que contrasta com a previsibilidade e a vigilância das regiões da cidade alcançadas pelo planejamento urbano, e que supera a velocidade de controle e projeção da administração pública, definindo tais espaços como “não cidade” ou “caos urbano”, e interpretando que

> "Quando crescem, essas ilhas transformam-se em centros muitas vezes equivalentes ao centro originário e vão formar um grande sistema policêntrico. O resultado é um desenho “com a forma de arquipélago”: um conjunto de ilhas construídas que flutuam num grande mar vazio, em que as águas formam um fluido contínuo que penetra nos cheios, ramificando-se pelas várias escalas até os menores interstícios abandonados entre as porções de cidade construída" (CARERI, 2011, p.236).

Esse movimento fractal das cidades contemporâneas, que influenciam os espaços de direito das diferentes classes sociais da população, tem também interferência sobre as crianças e os jovens das periferias, e na busca destes por alternativas de sobrevivência em contextos de precariedade e violência. Principalmente nesses locais, nos quais se destaca a ausência de uma ação efetiva do Estado para assegurar direitos básicos para a população, percebe-se forte presença da criatividade e da inventividade da infância na busca por “espaços de liberdade e socialização” (CARERI, 2011, p.236). Ainda assim, essas movimentações são constantemente atravessados pela presença do medo e da insegurança, vez que os próprios órgãos que deveriam garantir a proteção desses cidadãos, representam uma ameaça à autonomia dessas crianças e adolescentes nesses territórios. Nota-se que,

> "As crianças urbanas, podem ter experiências muito semelhantes aos adultos nas cidades contemporâneas, enfrentando passagens pelas vias públicas, sempre indo a algum lugar, temendo as ruas ou sentindo fascínio por elas. No entanto, uma diferença importante está no próprio status da infância em nossa sociedade" (ARAUJO, 2017, p.4).

A proximidade entre experiências urbanas, vivenciadas por jovens e adultos nas periferias, define-se no campo da prática, já que, no âmbito das políticas públicas, o planejamento urbano limita o espaço da criança à escola, negligenciado outros lugares onde a infância se desenvolve, como as ruas e outros espaços públicos. Por esse motivo, é necessário defender as escolas, e outros centros educativos, como espaços iniciais para a

disseminação da autonomia e da participação infantil, compreendendo a importância de uma formação que considere a realidade social em que estão inseridos. A Escola representa o espaço social na escala micro, tendo a possibilidade do desenvolvimento de uma perspectiva coletiva relativa à cidade e aos direitos dos cidadãos, considerando que o exercício da cidadania excede o campo individual.

Como forma de fortalecer o campo da participação da criança e do adolescente na cidade, o Curiar vem desenvolvendo dois projetos de extensão universitária em articulação com dois espaços educativos: a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada, na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador; e o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) União Boca do Rio, no bairro da Boca do Rio. Essas propostas ancoram-se na elaboração coletiva de planejamento e ações junto à crianças, adolescentes e agentes educativos dos dois espaços, para debater a relação entre Educação e Cidade, a partir de temas e materiais produzidos conjuntamente. As atividades que vêm sendo realizadas nesses espaços, configuram-se como continuidade de ações que já eram praticadas anteriormente pelas coordenações pedagógicas desses locais, voltadas para a interação com a comunidade em que se inserem, assim como, com os demais agentes sociais e culturais presentes nesses locais.

A CIDADE SOB A PERSPECTIVA INFANTO-JUVENIL

Pensar e produzir cidades mais democráticas e plurais é também, e fundamentalmente, propor cidades inclusivas para crianças e adolescentes. A inclusão desses agentes sociais, nos processos de produção e de planejamento, refere-se não apenas ao entendimento destes enquanto usuários dos espaços urbanos, mas também como agentes de transformação, criação e proposição da cidade construída e da cidade imaginada. A cidade construída faz referência ao espaço urbano físico, a cidade material que cotidianamente se constrói, e é fundamental garantir que a população infanto-juvenil tenha acesso digno a espaços urbanos bem estruturados, que assegurem seus direitos básicos - como saúde, educação, lazer, cultura, esporte, entre outros. Mas, tão importante quanto o que foi exposto, também é garantir que esses agentes tenham acesso a cidade imaginada, que está, sobretudo, no campo das ideias e do debate.

A capacidade imaginativa e criativa da infância e da juventude, são potências que podem - e devem - ser inseridas nos espaços de produção, debate e resolução de conflitos urbanos. A inclusão e a participação ativa das crianças e dos adolescentes nas agendas de discussão das políticas públicas apontam para possibilidades múltiplas de enfrentamento das problemáticas urbanas através da liberdade, da imaginação, da experimentação e da capacidade de construção coletiva, sempre muito presentes na infância. Alguns espaços/grupos, dentro e fora do Brasil, têm refletido e experimentado projetos e ações acerca do tema, como é o exemplo da Espanha, com os Encontros de Educação em Arquitetura para a Infância e a Juventude, que reúnem e articulam interessados nesta discussão, como é o caso de grupos como o Maushaus e o Chiquitectos.

O grupo Maushaus articula-se a partir de San Sebastián, cidade localizada no País Vasco, Espanha, como uma oficina de arquitetura para crianças, entendendo-a, e também a cidade, como experiências coletivas, e busca, através de estratégias de brincadeiras e aprendizagens, estabelecer um diálogo entre a infância e a compreensão dos espaços

urbanos (VARONA e ARRUTI, 2013). Esse diálogo acontece através de uma série de oficinas propostas com crianças, que são interpretadas como

> "Experimentos em equipe, com atitudes exploratórias e divertidas, como uma ferramenta investigadora, que trata de verificar, em cada caso, as diversas possibilidades relacionadas com a arquitetura, a infância e a estética. [...] Integramos conhecimentos diversos do mundo, dando foco aos objetivos de cada oficina, entendendo quais os caminhos disponíveis e as regras de cada jogo. Assim, em cada experiência nos deparamos com resultados inimagináveis, que as crianças experimentavam sem medo" (VARONA, ARRUTI, 2013, p. 3, tradução nossa).

Próximo às atividades que se desenvolvem no Maushaus, o projeto Chiquitectos, com sede em Madrid, se apresenta como uma proposta lúdica e educativa com crianças e adolescentes em torno do debate arquitetônico e urbanístico. É um projeto onde Arquitetura, Ideologia e Política estão diretamente relacionadas, ressaltando sempre a importância do exercício pleno da cidadania desde a infância. As atividades são construídas sempre a partir das brincadeiras, onde as crianças "percebem, exploram, investigam e aprendem a observar desde outra perspectiva, através da experimentação" (BENITO, AMANN, 2012, p.3, tradução nossa). Adotar o brincar enquanto estratégia implicou na participação ativa desses agentes sociais nas atividades, que passaram, gradativamente, a propor transformações, questionamentos e críticas em todos os níveis e escalas.

Não se trata aqui de importar planos e estruturas descontextualizadas em busca de soluções ou fórmulas mágicas, sabe-se que as realidades da infância brasileira incluem discussões que tangem também o precário, a desigualdade, a pobreza e a violência. O objetivo é colocar em debate a importância das crianças e dos adolescentes enquanto corpos políticos e opinantes, que devem ser ouvidos e incluídos nas tomadas de decisão.

> "As respostas para os problemas das cidades e infâncias brasileiras não está em copiar as soluções encontradas em outros lugares, mas partem em primeiro lugar da tomada de consciência acerca desta questão, da vontade política de resolvê-lo, e da elaboração das perguntas corretas, com base na realidade, contexto e especificidades locais, com um critério aberto e claro" (DIAS, 2015, p.130).

Entender a população infanto-juvenil enquanto corpo político, implica em reconhecê-la em dois espaços-tempos diferentes: o futuro e o presente; entendendo que eles não são apenas os agentes de transformação do amanhã, como são também os cidadãos do hoje. Isso significa que, valorizar processos de escuta e de participação infantil nos debates relativos à cidade, reflete em desdobramentos futuros – que incluem a formação de uma consciência política, o (re)conhecimento dos direitos e a mobilização de agentes de transformação do espaço onde vivem –, mas também pode representar mudanças imediatas, já que "o planejamento e a modificação do espaço urbano, no sentido de tornar a cidade mais acolhedora e possível para a criança, também se reverte em benefício para o adulto" (ARAÚJO, 2017).

Sobre a ideia de que, pensar a cidade para - e com - as crianças significa também que os espaços urbanos serão mais humanizados para os adultos, Araújo ainda discorre que

> "[...] talvez possamos nos perguntar o quanto de avanço da pauta do direito da criança à cidade, da sua autonomia e participação, depende do campo do urbanismo, como forma de propor alterações no contexto urbano. Alterações do desenho urbano no sentido de possibilitar a retomada dos espaços públicos pela criança. Se o preço para isso for a desaceleração das ruas, a transformação das cidades, ou bairros, em espaços mais acolhedores, menos duros, menos contrários à vida (sem esquecer de árvores e animais), o ganho ultrapassará o campo geracional e valerá para todos os indivíduos da sociedade, adultos e crianças" (ARAÚJO, 2017, p.9).

Nesse sentido, acredita-se na participação cidadã na infância não apenas como um direito, mas como uma possibilidade de fortalecimento dos vínculos comunitários em prol de transformações sociais efetivas. E, sobretudo, entende-se que essa participação cidadã se constrói através de um longo processo, que envolve aprendizados, experiências, trocas, (inquiet)ações, questionamentos e também brincadeiras.

> "Se o ensino de Arquitetura começar pela criança, as cidades têm a chance de receber, no futuro, um olhar mais crítico e apurado de quem a constrói, na busca de melhores soluções urbanas" (ANTUNES, SAYEGH, 2016).

> "Acreditamos que cada grupo social precisa se debruçar sobre o papel que as crianças podem desempenhar no meio social para além do que vem sendo feito. A participação das crianças no espaço urbano precisa ser um projeto coletivo para se tornar efetivo" (ARAÚJO, 2017, p.9).

Experiências brasileiras, de inclusão desses agentes sociais no pensar e fazer cidade, são interessantes para o debate aqui proposto. O projeto "Zonzo: investigadores urbanos", é uma dessas experiências, que propõe construir narrativas urbanas não hegemônicas, junto com crianças residentes do Morro da Babilônia, no Rio de Janeiro. De um modo geral, o Zonzo se configura como um "dispositivo que pretende estimular a reflexão sobre a dialética dos espaços concebidos, vividos e percebidos" mobilizando as crianças para formar um "grupo de investigadores urbanos cientes de seu protagonismo no território e com domínio de informações e técnicas para expressar sua experiência urbana" (AZEVEDO, SANT'ANNA, 2017, p.2).

O Zonzo também é interessante enquanto um projeto que se debruça sobre metodologias participativas e pedagogias urbanas, junto à crianças que experienciam cotidianamente a vida na favela, entendendo que esses contextos e atravessamentos são fundamentais para uma compreensão mais ampla das narrativas que o território acumula. Estimular a cidadania - e a percepção da cidade - em crianças que vivem em um espaço onde o acesso ao direito à cidade é constantemente violado, implica pensar em caminhos que

apontem para a construção de uma identidade, o reconhecimento territorial, a importância de questionar os processos, as possibilidades que existem no desconhecido, assim como o conhecimento de seus direitos e a potência da manifestação e mobilização coletiva.

No projeto Zonzo, essas aproximações e experiências metodológicas com as crianças, se desenvolveram gradativamente, de forma que

> "[...] durante o ano, as crianças foram dando pistas dos problemas da Babilônia; falavam sobre o que precisava melhorar, o que não gostavam, o que achavam injusto. Nos abrimos à escuta, estimulamos essas conversas e não poderíamos deixar de costurar o que era dito a respeito de questões de direitos humanos, promovendo um debate explícito sobre os direitos e deveres de todo cidadão, sobretudo os que moram nos espaços construídos pelos trabalhadores" (AZEVEDO; SANT'ANNA, 2017, p. 11).

O exercício de refletir sobre o direito da criança e do adolescente à cidade, conduz o debate para um espaço fundamental nesse processo: a escola. Isso porque ela tem um papel muito importante na construção da cidadania e na mobilização desses agentes sociais. Educação e Cidade são temas que podem caminhar paralela e transversalmente, e a escola tem uma enorme capacidade de abarcar discussões urbanas, levantando, entre os estudantes, questionamentos e inquietações fundamentais para que eles possam entender e se reconhecer nos territórios onde vivem, assim como as cidades também podem se tornar espaços de aprendizagens e experiências que complementam os conteúdos escolares.

Essa relação entre a escola e a cidade - entendendo a cidade em suas diversas escalas - tem a potencialidade de gerar transformações no âmbito comunitário. As redes de afeto, compromisso e troca, que se criam entre o espaço escolar e o bairro onde ele está inserido, são capazes de transformar, em diversos níveis, o cotidiano e o lugar. Nesse sentido, é interessante fazer uma aproximação com a experiência de Reggio Emilia, na Itália, no âmbito da educação da primeira infância. Essa experiência tem como principal referência a Pedagogia da Escuta, desenvolvida pelo educador Loris Malaguzzi, que busca dialogar com as diferentes e múltiplas linguagens da infância, se relacionando com o contexto social, político e territorial de onde ela se insere.

Nessa perspectiva, emerge a importância da educação como prática da liberdade, tal como Malaguzzi propôs, articulando crianças, educadores, pais e comunidade, para pensar e impulsionar uma mobilização coletiva e integrada (MALAGUZZI, 1999). Isso significa pensar a cidade, o bairro e a rua enquanto territórios educativos, e espaços potenciais de ação e apropriação dessa rede, que é estabelecida principalmente através do diálogo. Sobre essa relação, Malaguzzi comenta que

> "[...] essa espécie de abordagem revela muito sobre a nossa filosofia e nossos valores básicos, que incluem os aspectos interativos e construtivistas, a intensidade dos relacionamentos, o espírito de cooperação e o esforço individual e coletivo na realização de pesquisa. Apreciamos diferentes contextos, damos uma grande atenção à atividade

> cognitiva individual dentro das interações sociais e estabelecemos vínculos afetivos" (MALAGUZZI, 1999, p. 76).

A reunião dessas diferentes referências, contribuiu para pensar e delinear perspectivas de relação entre Arquitetura e Urbanismo e a comunidade infanto-juvenil, tendo como espaço de experimentação, a extensão universitária, através do Curiar, entendendo também a necessidade de um comprometimento com a realidade social de crianças e adolescentes em Salvador. Essas práticas, que partem da articulação com esses atores, buscando que eles se tornem ativos e cientes de seus papéis na organização urbana, permitem o entendimento de outros modos de vida e de espaços que se colocam como lugares de tensionamentos, debates e aprendizados acerca das diferentes escalas do urbanismo, e das possibilidades e limites das relações entre espaço e sociedade.

PRÁTICAS EXTENSIONISTAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A relação das crianças e dos adolescentes com a cidadania, o espaço público e as questões urbanas começa também, e sobretudo, na escola e, portanto, as metodologias e abordagens pedagógicas, assim como as condições físicas e de habitabilidade do ambiente escolar, estão diretamente relacionadas às possibilidade de estimular e provocar inquietações sobre o tema nos estudantes. Uma educação libertadora, que incentiva a criatividade e a imaginação, e dialoga com as crianças sobre os seus direitos e deveres enquanto agentes sociais - inseridas em seus próprios contextos – coloca-se como um potente eixo de ensino. Por isso, é fundamental pensar e interpretar a educação como um meio de formar estudantes com senso político e crítico, capazes de opinar e tomar decisões. Sobre o tema, Araújo comenta que "Esta invisibilidade política das crianças nos coloca diante de uma série de questionamentos sobre a conformação da infância, as relações com a escola, a situação de proteção que prepara a criança para a futura cidadania, e assim por diante" (ARAÚJO, 2017, p. 4).

Nesse sentido, o Curiar, em parceria com espaços educativos de dois diferentes bairros de Salvador, desenvolve atividades de extensão que propõem construir - junto com crianças e adolescentes - planejamentos colaborativos de oficinas e de projetos, com o objetivo de envolver o espaço da escola na apreensão e na construção da cidade. Esse debate incorpora também uma ampliação do campo do planejamento urbano para outras práticas mais sensíveis e plurais, que sejam capazes de englobar pautas de diferentes sujeitos, fortalecendo os vínculos sociais. Segundo Ribeiro (2009), entre essas questões estão dinâmicas populares que delineiam outras formas de vida, que conquistam espaço na disputa pelo direito à cidade e, portanto, defende que

> [...] é preciso realizar o estudo das tendências contra-hegemônicas. Este estudo exige a pesquisa de outras formas de poder que, reunidas na cena urbana, adquirem visibilidade e grande influência nos momentos mais agudos de mudança conjuntural. Estas outras formas de poder incluem vínculos comunitários, experiências religiosas, relações étnicas e aprendizados ancestrais (RIBEIRO, 2009, p.153).

A identificação dessas formas autônomas de produção da cidade, principalmente em espaços invisibilizados pelas disputas de poder e pelo planejamento urbano, revelam outras narrativas sobre os territórios e suas populações, ancoradas pelas práticas pedagógicas desenvolvidas nesses locais. Nos espaços educativos em diálogo com o Curiar, esses relatos foram também apresentados pelas pedagogas Giovani Silva e Eliana Pitangueira, no caso da Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada, e por Amanda Reis, diretora do Centro Municipal de Educação Infantil União Boca do Rio, e demonstram um posicionamento crítico quanto à formação das crianças e jovens. Essas colocações foram importantes para que o Escritório Modelo pudesse compreender suas possibilidades de atuação, dispondo-se à escuta, à observação e à comunicação horizontal com os diferentes agentes sociais que transitam nesses espaços.

Articulações Urbanas em Escada

O projeto de extensão AUÊ – Articulações Urbanas em Escada, apresenta-se como um desdobramento de um plano colaborativo, de mesmo nome, desenvolvido entre estudantes de graduação da disciplina de Atelier V - Planejamento Urbano e Regional, no semestre letivo 2017.2, em articulação com a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada, que se situa na localidade de Escada, na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, na periferia noroeste da cidade. Após a finalização da disciplina, a proposição foi incorporada ao Curiar, buscando dar continuidade às ações propostas, e ampliar o diálogo entre a universidade e os movimentos e agentes sociais que atuam nesse espaço da cidade. Nesse sentido, o AUÊ constitui-se como um processo de formação e mobilização das crianças e dos adolescentes que frequentam o local, fortalecendo o projeto socioeducativo que é desenvolvido pela Escola, assim como a interlocução com a comunidade em que se insere.

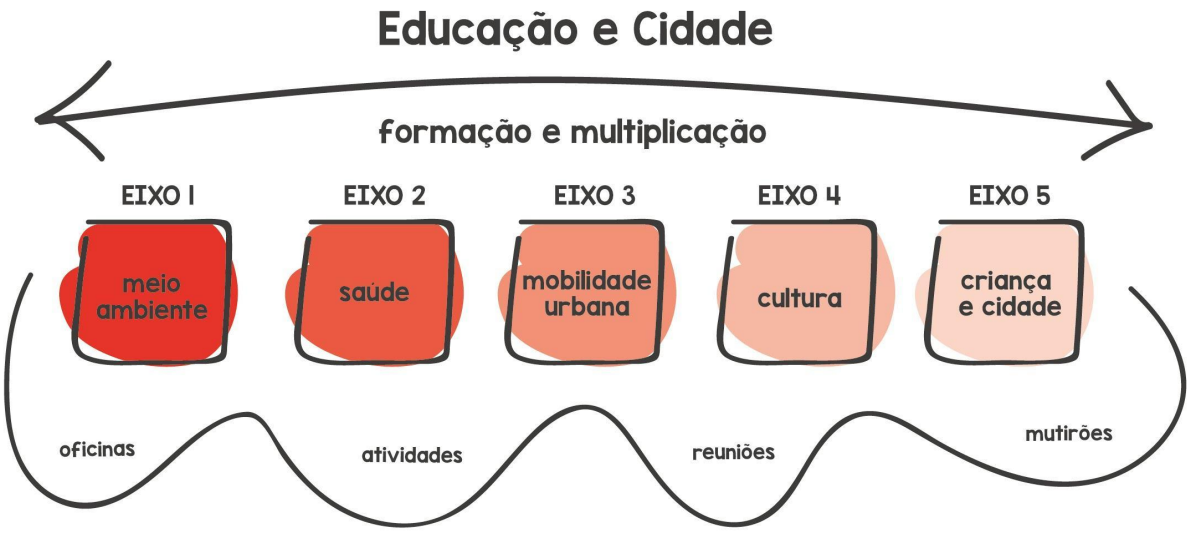
A aproximação com o território de Escada desenvolve-se a partir de uma nova perspectiva de atuação na cidade, que considera tensionamentos e reflexões acerca do papel social do Arquiteto-Urbanista, e que partiu de uma experiência imaginativa sobre a região o Subúrbio Ferroviário, buscando direcionar um novo olhar para o espaço urbano e suas urbanidades. No processo de estudo em/do campo, identificou-se uma limitação quanto à informações oficiais sobre o local, revelando a invisibilidade da história e da identidade local, também apontadas pelos moradores em suas falas. Assim, a formação urbana e as demais configurações de Escada foram sendo traçadas pelos seus habitantes e transeuntes, pelas narrativas das memórias e histórias vivenciadas no espaço, reforçando uma mística conformação atemporal da localidade. De acordo com Santos (2002),

> [...] a paisagem é ela toda passado, porque o presente que escapa de nossas mãos, já é passado também. Então, a cidade nos traz, através da sua materialidade, que é um dado fundamental de compreensão do espaço, essa presença dos tempos que se foram e que permanecem através das formas e objetos que são também representativos de técnicas (SANTOS, 2002, p.21).

O projeto AUÊ buscou resgatar essas diferentes presenças temporais, de forma que elas também contribuíssem para o entendimento dos participantes acerca da importância da memória local, sendo formulado como um espaço de debate, ação e valorização do

patrimônio, das manifestações e das práticas que ocorrem em Escada e no Subúrbio Ferroviário de Salvador. A Escola Comunitária de Escada, nesse sentido, destaca-se como um desses patrimônios locais, anexa ao Santuário Nossa Senhora de Escada, do qual surgiu como iniciativa de um grupo de catequistas, sensibilizados com as condições precárias de vida das crianças da região. Para fortalecer o debate em torno da cidadania e da juventude, o viés formativo do projeto foi pensado a partir de cinco eixos temáticos (Figura 1), definidos através do diálogo com a população local, com a coordenação pedagógica - representada por Giovani Silva, Eliana Pitangueira, Marluce Neves e Jack Lima -, e com o grupo de jovens mobilizadores - Mateus Silva, Jean Neves e Lúcio Neves -, que atuam na Escola Comunitária de Escada.

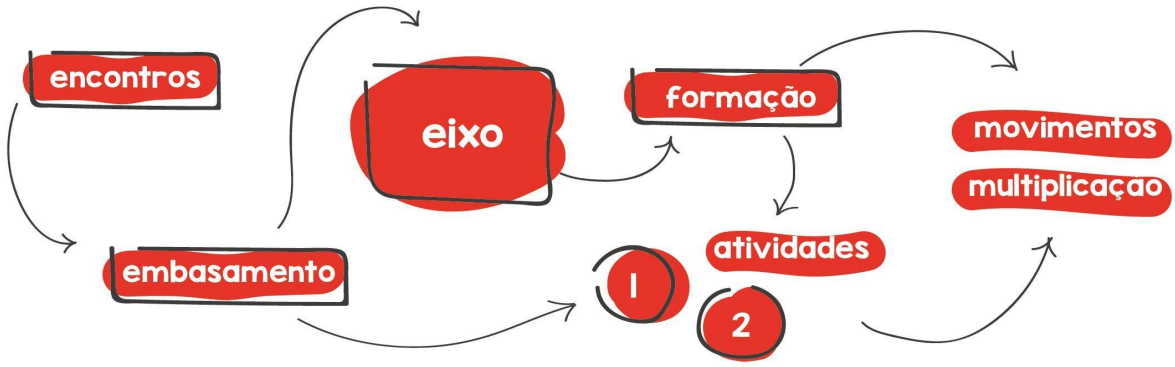
Esquema 1. Eixos temáticos do Projeto de Extensão AUÊ.



Fonte: Livro AUÊ, p.30.

O plano colaborativo apresenta como três objetivos centrais a circulação de informações, a articulação de agentes e a multiplicação de ações; e busca, através de metodologias participativas, pensar novas alternativas de transformação socioespacial, que estão inseridas no debate acerca do direito à cidade. Como forma de instrumentalizar e envolver os jovens nas temáticas relacionadas aos espaços urbanos, e assim entender seus direitos e poder reivindicá-los enquanto cidadãos, os eixos temáticos foram divididos, inicialmente, em dois tipos de ações (Esquema 2) – teóricas e práticas –, contando com a participação de convidados externos, que auxiliassem nas discussões e nas questões levantadas pelos participantes. As ações teóricas foram pensadas em conjunto com a coordenação pedagógica da Escola Comunitária de Escada, enquanto que as ações práticas envolvem também as crianças e os adolescentes na organização, planejamento e execução das atividades.

Esquema 2. Desenvolvimento de cada eixo temático.



Fonte: Livro AUÊ, p.31.

Outro ponto que se tornou importante na elaboração do plano colaborativo foi a questão da cartografia, que havia sido desenvolvida anteriormente com a coordenação pedagógica da Escola, em coparticipação com o Movimento Trem de Ferro[2], convertendo-se em uma demanda a ser incorporada nas atividades teóricas pensadas para cada eixo temático. O processo cartográfico, metodologicamente idealizado em associação com as rodas de conversas relativas às temáticas em debate, constitui-se, por si só, um novo processo formativo, uma vez que introduz uma nova linguagem para as crianças e os adolescentes. Dessa forma, a incorporação desse exercício ao projeto também tem o sentido de permitir que os participantes pudessem confrontar as representações oficiais sobre o território onde estão inseridos, e buscar referências próprias para localizar-se nesse espaço. De acordo com Seeman (2012),

> "Vale salientar que os mapas não devem ser inseridos exclusivamente na concepção cartesiana do espaço com a sua fria geometria (frequentemente anunciada como objetivo da aprendizagem em muitos livros didáticos e publicações acerca da educação cartográfica), mas como instrumentos criativos e artísticos dentro de um projeto cultural mais amplo de (re)criar e (re)construir o mundo" (SEEMAN, 2012, p.96).

A utilização da cartografia, como forma de reconhecer o espaço vivenciado pelas crianças e pelos adolescentes, permite o desenvolvimento de novas perspectivas para a região, a partir do que os participantes fossem debatendo ao longo do processo formativo, e também para a reflexão dessas novas visões nas atividades do projeto, considerando a ideia de realizar ações e microintervenções no espaço, em articulação com a comunidade local. Na prática, as atividades cartográficas foram direcionadas para um momento independente, em formato de oficina, contando com a apresentação de outras experiências de mapeamentos participativos, com comunicação e linguagem aproximadas do público infanto-juvenil, facilitando a etapa posterior de criação e construção das representações cartográficas dos participantes.

A construção do plano colaborativo com viés articulador entre Escola e universidade, contribuiu para a aproximação com a extensão universitária, através do Curiar, ainda enquanto atividade da disciplina de Planejamento Urbano e Regional, visto que alguns dos

[2] Movimento urbano, que atua desde 1991, pela preservação do trem histórico do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

estudantes proponentes também integram o Escritório Modelo. O início do projeto ocorreu enquanto o plano ainda estava sendo elaborado, e ao longo das atividades, principalmente em razão da diferentes de temporalidades entre academia e comunidade, foram feitas modificações no planejamento das ações. Verificou-se também outra mudança na organização dos encontros, por demanda da Escola Comunitária de Escada, que preferiu completar as ações teóricas antes de iniciar as práticas, em dissonância com a ideia de que cada mês compreendesse as duas atividades de cada temática, e estendendo também o tempo de realização do projeto.

As ações teóricas (Figura 1), que já foram desenvolvidas para os cinco eixos temáticos que são abordados pelo projeto de extensão, contaram com a articulação entre a Escola Comunitária de Escada, agentes sociais e culturais do Subúrbio Ferroviário e de Salvador, além de estudantes e professores vinculados à UFBA. No eixo de Meio Ambiente, com a colaboração de Seu Sidney, artista de Escada, e de Laís Leitão, mestranda do PPGAU-UFBA; para a temática de Cultura, a participação do Espaço Cultural Acervo da Laje, que fica no bairro de Plataforma, também no Subúrbio Ferroviário, e foi representado por José Eduardo Ferreira dos Santos, Vilma Santos, Fabrício Cumming e Leandro Santos; a presença de Gilson Vieira, do Movimento Trem de Ferro, e Thiago Evangelista, do Coletivo Mobicidade, no eixo de Mobilidade Urbana; e para o tema de Criança e Cidade, Juliana Prates, professora do Instituto de Psicologia da UFBA, e Amanda Reis, diretora do Centro Municipal de Educação Infantil União da Boca do Rio.

Figura 1. Registros das atividades formativas do Projeto AUÊ.

Fonte: Elaborado pelo Curiar, a partir do acervo do projeto.

Em continuidade às ações do projeto, foram realizadas atividades cartográficas relacionadas aos eixos de Saúde e Cultura, que trouxeram outros entendimentos relativos aos temas em discussão, que revelam as diferentes vivências da infância e da juventude nas regiões periféricas das cidades contemporâneas. Como estratégia para a atividade, foram impressos dois mapas dinâmicos, que já contavam com a marcação de pontos conhecidos pelos participantes, registrados a partir de relatos das atividades anteriores, e que facilitaram o processo de reconhecimento territorial. Esse mapa foi sendo preenchido (Figura 2) pelas crianças e pelos adolescentes com desenhos, palavras e trajetos que representavam suas relações espaciais com as duas temáticas.

Figura 2. Processo de elaboração das cartografias participativas dos eixos de Saúde e Cultura.

Fonte: Elaborado pelo Curiar, a partir do acervo do projeto.

Com relação às ações práticas (Figura 3), até novembro de 2018, foram construídas duas atividades, relativas aos eixos de Meio Ambiente e Cultura. A primeira, foi a construção, através de mutirão, de uma horta para a Escola Comunitária de Escada e de um Jardim no terreno da Igreja Nossa Senhora de Escada, como demanda dos participantes para melhorar o espaço de socialização da comunidade. Além dos jovens envolvidos no projeto AUÊ, da coordenação da Escola e dos graduandos envolvidos com esse processo, Seu Sidney, artista local que trabalha com reciclagem de materiais, colaborou com a ornamentação do jardim, doando pneus decorativos ao espaço. Neste eixo, uma consideração importante quanto à intervenção efetiva no espaço, foi a multiplicação das ações (Figura 4) por parte da Escola Comunitária de Escada, a partir da articulação com moradores da localidade, proporcionando a emancipação do processo.

Para o eixo de Cultura, pensou-se, como ação prática do projeto (Figura 3), na produção de um dia de oficinas e atividades, visando discutir e valorizar os costumes e tradições locais de Escada, em diálogo com outros projetos do Subúrbio Ferroviário de Salvador, reunindo crianças e jovens, moradores da região, universidade e demais convidados em vivências referentes à história desse território e as manifestações artísticas e culturais que são desenvolvidas na área. Participaram desse momento, José Eduardo

Ferreira dos Santos e Vilma Santos, do Espaço Cultural Acervo da Laje; Lucas Sá Barreto, Jonatan de Souza Moreira e Carlos Alexandre Dantas, do Coletivo Roupa Suja; Seu Sidney e Seu Nilton, artistas da localidade de Escada; Seu Carlos, da Colônia de Pescadores de Escada; Marcos Henrique da Silva, do grupo de capoeira Karkara, Cleiton Santos Marques e Kauan Trindade Cerqueira, do grupo Agô Capoeira.

Figura 3. Ações práticas dos eixos de Meio Ambiente e Cultura.

Fonte: Elaborado pelo Curiar, a partir do acervo do projeto.

Figura 4. Multiplicação das ações do eixo de Meio Ambiente.

Fonte: Elaborado pelo Curiar, a partir dos registros de Giovani Silva, coordenadora da Escola Comunitária de Escada.

Na intenção de dar continuidade às ações práticas, que vêm sendo realizadas no projeto AUÊ, foi pensada uma reunião entre Curiar e Escola Comunitária de Escada, representada pela coordenação pedagógica e pelo grupo de jovens mobilizadores, para organização os próximos encontros com as crianças e os adolescentes que participam do projeto. Nesse sentido, ao longo das atividades, também foi apontada como demanda por parte dos jovens, a realização de minicursos de introdução à utilização de recursos audiovisuais e gráficos, surgindo a ideia de elaborar uma segunda versão do livro AUÊ, a partir dos materiais produzidos pelos participantes sobre as atividades do plano colaborativo. A proposta é que essas ações sejam efetivadas até julho de 2019, tendo como possibilidade a multiplicação do projeto em outros espaços educativos de Salvador.

A ludicidade e o espaço educativo infantil

No âmbito das discussões em torno do papel de crianças e adolescentes na cidade, ampliada a partir da inserção do AUÊ como projeto de extensão vinculado ao Curiar, e que abrange tanto as possibilidades de atuação cidadã̃, quanto a proposição de espaços menos hostis e mais acolhedores à população infanto-juvenil, o Escritório Modelo foi contatado pela diretoria de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) para colaborar com as propostas de melhorias para o espaço comum do local. O CMEI União Boca do Rio está localizado no bairro da Boca do Rio, que se caracterizado por uma população de baixa renda, predominantemente preta ou parda, que fica na região da Orla Atlântica de Salvador. Atualmente, o CMEI funciona em período integral, trabalhando com 200 crianças entre 2 e 5 anos em um edifício de 1988, que foi projetado por João Filgueiras Lima (Lelé), construído com uma estrutura pré-moldada, inicialmente pensado como espaço provisório.

O CMEI União Boca do Rio entrou em contato com o Curiar com demandas diversas, que fazem parte da ideia de requalificação do espaço externo, para atender às crianças, aos professores e funcionários, e que foi proposta pela coordenação da Escola em associação com a comissão de pais, tendo como um dos objetivos o fortalecimento da relação entre a Escola e a comunidade. Nesse sentido, o primeiro contato com o local foi em uma reunião com a diretora Amanda Reis, em Maio de 2018, na qual foram apresentadas as ideias e as necessidades que eles próprios identificaram no CMEI, bem como as dificuldades recorrentes do Centro Municipal, que é vinculado à Prefeitura Municipal de Salvador. Foram levantadas problemáticas em relação à obtenção de materiais para reformas e construções, os trâmites legais e burocracia relativa à mudanças no espaço, os problemas estruturais e de infiltração por conta das instalações serem antigas, assim como a ausência de manutenções ou reformas efetivas. Além disso, houve também o pedido de garantir ao espaço uma nova identidade, com fachadas mais convidativas e condizentes com o ambiente escolar, com a integração entre espaços para brincadeira e para aprendizagem.

Diante das dificuldades em assegurar institucionalmente os materiais e instrumentos necessários para a melhoria do espaço, a articulação com a comunidade local, assim como com grupos e coletivos urbanos que atuam no bairro da Boca do Rio e em Salvador, constitui-se em uma importante ferramenta para obtenção de recursos, através de doações, e divulgação de suas atividades. Saso et al. (2006), aborda os projetos das comunidades de

aprendizagem de Barcelona, e defende a necessidade de reduzir as barreiras entre Escola e Comunidade, entendendo a influência dessa aproximação para a produção de diferentes formas de aprendizado, afirmando que

> "Transformar uma escola, quer dizer transformar sua estrutura interna, suas relações e seu entorno ao mesmo tempo e fazendo de baixo para cima, como uma proposta coletiva, nunca imposta. As escolas não são ilhas, portanto, a mudança, é uma mudança que influencia e tem a influência do entorno ao que serve. Além disso, implica na mudança dos professores, famílias e dos alunos. Cada um e cada uma assumem um papel muito mais participativo, consciente de sua tarefa fundamental" (SASO et al., 2006, p.73, tradução nossa).

Ainda, o estímulo à solidariedade e à colaboração, defendido pela gestão do CMEI, pretende reforçar a vinculação com as famílias, propondo para o espaço: a criação de uma horta e um pomar, cujas produções poderiam ser vendidas a preços simbólicos; o arranjo de um pequeno bazar popular na entrada da escola, para trocas de roupas e livros; bem como outras inúmeras possibilidades de ocupação e utilização horizontal do espaço por crianças, pais, professores e comunidade.

Como resultado da primeira reunião, foi levantada a necessidade de ouvir mais de perto os professores, os funcionários e as crianças, para garantir a participação desses diferentes agentes nas propostas para o projeto. Assim, foi convocada uma reunião com as professoras e os funcionários do CMEI União Boca do Rio, que contou com a participação do Secretário de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Salvador, e na qual foram expressadas, para além do que já havia sido conversado com a coordenação do local, as demandas por um espaço de descanso para aqueles que trabalham na Escola, e a preocupação pela segurança dos espaços de brincadeira. Além disso, a presença de um representante da municipalidade, nesse encontro, foi importante para reivindicar a atuação do Estado no CMEI, garantindo um ambiente apropriado para as funções que são exercidas nesse espaço educativo.

Para ouvir as crianças, a Escola organizou uma comissão de 20 estudantes – com dois representantes de cada turma –, e o Curiar pensou em uma atividade em formato de oficina (Figura 5), contando que elas têm entre 2 e 5 anos, e propondo que elas expressassem suas opiniões e reivindicações de forma lúdica. Organizou-se então essa ação, dividindo-a em três etapas: a primeira, com a contação de uma história sobre uma Escola, com lacunas que deveriam ser complementadas pelos participantes; a segunda, simultânea à primeira, que contou com a produção de desenhos pelas crianças, a partir do estímulo da escuta da história; e a última, a partir das brincadeiras apontadas nos desenhos (Figura 6), foi feito o reconhecimento dos espaços do Centro Infantil onde os novos materiais pudessem ser implementados. A ideia da oficina associa-se com a Pedagogia da Escuta, desenvolvida pelo sistema de ensino de Reggio Emilia, e entende que

> "A prática de inserir as crianças cotidianamente em situações de pesquisa e debate favorece o questionamento sobre si próprias e sobre os outros, o que as torna mais participativas e, futuramente, cidadãos mais críticos e

cientes da importância de seu papel em uma sociedade mais justa e igualitária" (Centro de Referências em Educação Integral, 2014).

Figura 5. Imagens do processo da Oficina com as crianças.

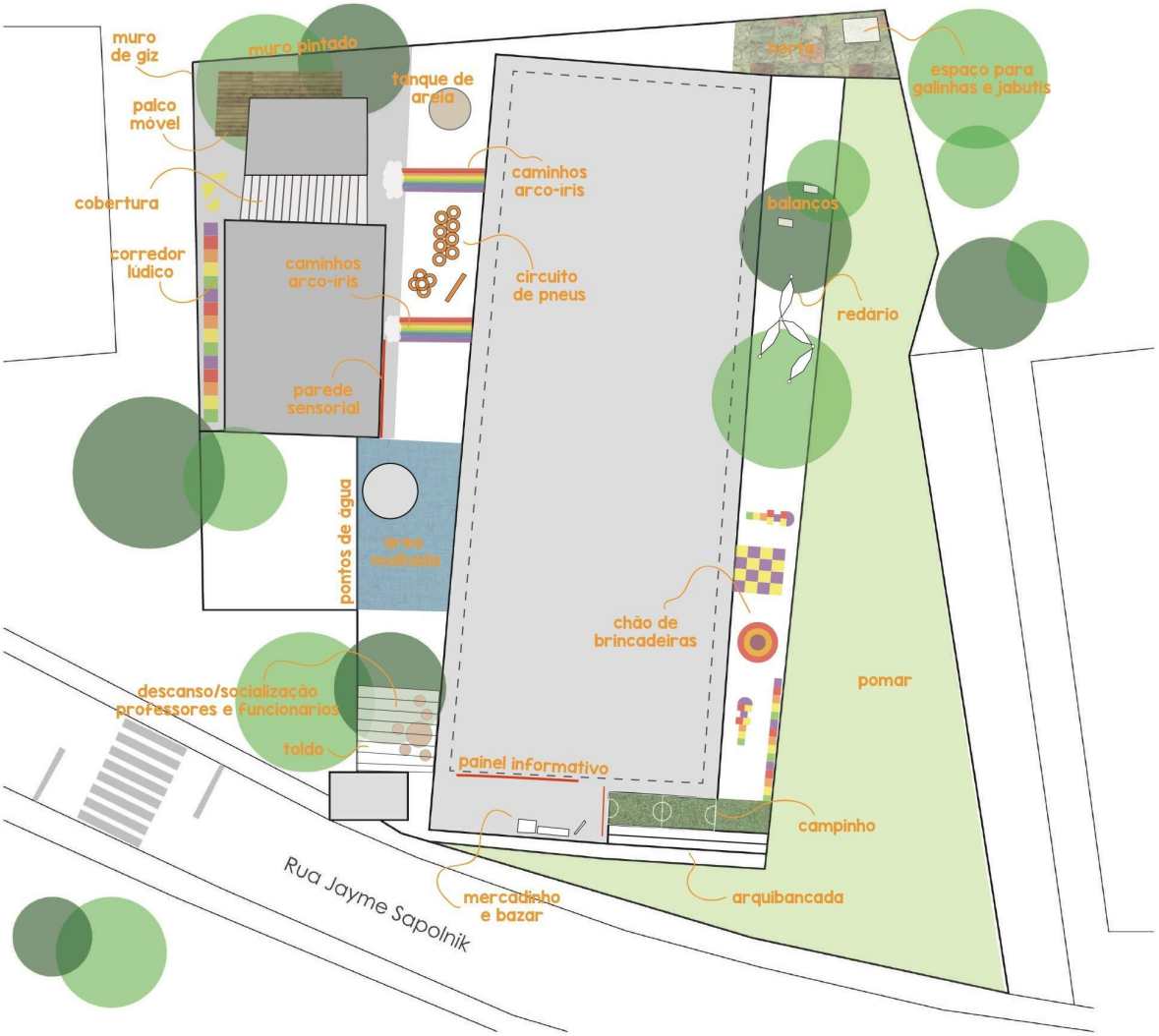
Fonte: Acervo do Curiar.

Figura 6 - Desenho feito pelas crianças, representando o que elas queriam para a escola: flor, sol, arco-íris, balanço, bichinhos e grama.

Fonte: registros dos desenhos das crianças, acervo do Curiar.

O resultado dessa atividade é, não só o objeto da dinâmica, mas uma reflexão sobre o processo projetual e sobre a importância dos usuários na proposição do espaço que habitarão, utilizando de outras ferramentas, acessíveis ao público infantil, como o desenho, para expressar seus desejos. Nesse sentido, o papel do Curiar, por meio de seus membros, que são estudantes de Arquitetura e Urbanismo, foi escuta-los e fazer uma leitura dos materiais que foram elaborados pelas crianças para garantir que essas reivindicações fossem atendidas. Como sistematização desse processo, e também das reuniões realizadas anteriormente com a coordenação da Escola, as professoras e os funcionários, foi elaborado o desenho (Figura 7) de uma vista superior do espaço, a partir de um modelo 3D, com a localização dos novos espaços de brincadeira.

Figura 7. Planta superior elaborada a partir das demandas do CMEI.



Fonte: Elaborado pelo Curiar.

Como demanda da coordenação da Escola para a execução do projeto, foi pensado um processo de mutirão, unindo, para isso, além dos membros do CMEI, os pais, a comunidade e o Curiar, e estabelecendo um programa de intervenção com cinco eixos; são eles: Brincadeiras/Aprendizagem; Relação com a Natureza; Relação Escola-Comunidade; Descanso; e Organização/Gestão do espaço. Foi dada prioridade aos espaços externos de brincadeiras, com a elaboração de brinquedos e mobiliários feitos com materiais reutilizados – como pneus, canos e cordas –, que poderiam ser obtidos com auxílio da própria comunidade e do comércio local. Para a organização desse mutirão, que está previsto para ocorrer em fevereiro de 2019, foram elaborados manuais desses brinquedos, de maneira que qualquer pessoa possa montá-los posteriormente, apontando os materiais e as ferramentas necessários (Figura 8).

Figura 8 – Modelo dos desenhos dos manuais elaborados para os brinquedos feitos de materiais reutilizados.

Fonte: Elaborado pelo Curiar.

Paralelo a essas atividades, o Curiar acompanhou também o plantio de mudas do pomar e o início da construção de uma horta no CMEI (Figura 9), ações desenvolvidas em conjunto com as crianças de 4 e 5 anos, e em parceria com os pais e com o grupo de paisagismo Orquidário, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, que elaborou um projeto paisagístico para o ambiente educativo. A proposta da horta foi implementada como uma oficina na festa de comemoração do Dia da Família, em atendimento à um desejo das crianças de maior contato com a natureza, assim como de mais flores, grama e pequenos animais com os quais pudessem interagir. Essas atividades inserem-se no eixo da Relação com a Natureza, e revela a percepção das crianças em torno do potencial do meio ambiente na qualidade de vida dos espaços urbanos, visto que, a Escola é um dos poucos locais que ainda preservam o verde no bairro da Boca do Rio.

Figura 9. Imagens do início da construção da horta, na comemoração do Dia da Família do CMEI União Boca do Rio.

Fonte: Acervo do Curiar.

A participação das crianças nessas atividades, estimuladas pela coordenação do CMEI União Boca do Rio, corrobora com a perspectiva de inclusão da população infantil no campo da Arquitetura e do Urbanismo – seja no planejamento, ou no fazer cidade –, garantindo, desse modo, que os espaços urbanos também representem a infância e suas demandas

específicas. Esta integração pode e deve ter início na Escola, para que, além do aprendizado da cidadania, eles também possam ser participantes das decisões que os incluem diretamente, considerando que a relação das crianças com a cidade contemporânea tem se revelado bastante hostil, já que o ambiente urbano apresenta diversas barreiras para a livre circulação infantil. Essa compreensão acerca da necessidade de articular os espaços educativos com a construção da cidade, é reforçado por Lima (1989), quando comenta que

> "A organização e a distribuição dos espaços, a limitação dos movimentos, a nebulosidade das informações visuais e até mesmo a falta de conforto ambiental estavam e estão voltadas para a produção de adultos domesticados, obedientes e disciplinados – se possível limpos -, destituídos de vontade própria e temerosos de indagações" (LIMA, 1989, p.10).

Nesse sentido, é importante fazer a defesa do direito das crianças à cidade, pensá-los como cidadãos do presente, e não somente do futuro, e apreender as diversas linguagens da infância, que são dotadas de ampla capacidade imaginativa e liberdade de experimentação. Entre esses direitos, incluem-se: a influência nas decisões à respeito da cidade; a expressão de suas opiniões sobre o tipo de local que desejam; os direitos básicos à saúde, educação, meio ambiente limpo, trânsito seguro, participação em eventos culturais, entre outros. Essas garantias estão regulamentadas em projetos e legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o programa Cidades Amigas da Criança, da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que buscam assegurar, que os direitos da infância estejam refletidos em políticas, leis, programas e orçamentos. Essa argumentação vem sendo construída dentro de espaços educativos, como o CMEI União Boca da Rio e a Escola Comunitária de Escada, tornando-se também uma pauta do Curiar.

TECENDO O FIO

A inclusão da criança e do adolescente nos processos de planejar e de construir a cidade, é atravessada por diversos fatores que merecem atenção, dentre eles, a sensibilidade e abertura para (re)criar metodologias e instrumentos que dialoguem com os universos da infância e da juventude. Por isso, é fundamental trazer as experiências realizadas em parceria entre o CURIAR e os dois interlocutores apresentados - a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada e o Centro Municipal de Educação Infantil União Boca do Rio -, enquanto esses novos espaços de produção teórica e prática da Arquitetura e do Urbanismo. O exercício e a experimentação, em ambos os processos, foram de grande importância para a elaboração coletiva de ferramentas que relacionassem as temáticas de Educação e Cidade, ao mesmo tempo que o diálogo horizontal com as crianças e os jovens, permitiu que esses dispositivos fossem remodeladas, para se ajustarem às demandas e as reivindicações levantadas por eles.

Cartografias, cartilhas, oficinas, dinâmicas, brincadeiras, vídeos, e até folhas de papel em branco, transformaram-se em instrumentos de ação e reflexão com os participantes das atividades. Estar em campo, desenvolvendo trabalhos com crianças e jovens, implicou em uma valorização das capacidades de reinvenção, flexibilidade e transversalidade de todos os envolvidos nos processos, revelando também a necessidade de estar sempre aberto às

trocas, e disponível para ouvir e dialogar com as crianças. Como sugere a Pedagogia da Escuta, é necessário

> "[...] reconhecer o direito da criança de ser protagonista e a necessidade de manter a curiosidade espontânea de cada uma delas em um nível máximo. Tínhamos de preservar nossa decisão de aprender com as crianças, com os eventos e com as famílias, até o máximo de nossos limites profissionais, e manter uma prontidão para mudar pontos de vistas, de modo a jamais termos certezas demasiadas" (MALAGUZZI, 1999, p. 60).

No âmbito dos projetos apresentados - desenvolvidos em articulações a partir do Curiar –, vale destacar a importância da valorização dos processos, e das diferentes temporalidades desses espaços, visto que é dessa relação, gradativamente construída e amadurecida, que se constituem os diálogos, as possibilidades e as mudanças. De acordo com Dias (2015),

> "É prioritário impulsionar o lugar das crianças e seu "empoderamento" na sociedade contemporânea. Para a construção e o exercício da sua cidadania coletiva, entre outros, são critérios básicos: sua integração em processos participativos e decisórios da vida urbana, a disponibilidade, o uso coletivo e a apropriação dos espaços públicos urbanos, assim como a identificação das crianças com tais espaços. Ao utilizar cotidianamente os espaços urbanos, potenciando sua cidadania e urbanidade, as crianças terão a oportunidade de serem pessoas menos individualistas, mais tolerantes e saudáveis – nas diversas dimensões que constituem o ser humano –, mais responsáveis e conscientes de que o bem coletivo se configura, também, como o bem de cada um. Por uma ordem social diferente, uma sociedade mais equitativa e harmônica, de todos e para todos" (DIAS, 2015, p.128-129).

Nesse contexto, é importante pautar a introdução das discussões relacionadas à infância e à adolescência no campo da Arquitetura e Urbanismo, em diálogo permanente com outras disciplinas, a exemplo da pedagogia e da educação, sendo fundamental que haja um esforço e uma mobilização de diferentes grupos e agentes sociais, em diferentes campos de atuação, para tornar a participação das crianças e dos adolescentes na cidade, uma possibilidade efetiva. Para Sarmento (2015), "o que define a natureza do campo multidisciplinar dos estudos da criança é a mobilização de saberes de diferentes proveniências disciplinares em torno de um objeto próprio: a criança e a infância" (SARMENTO, 2015, p.33), sendo importante o caráter multidisciplinar não só para pensar um projeto coletivo de cidades mais inclusivas, como também para construir uma agenda política de em torno do direito da criança e do adolescente à cidade.

REFERÊNCIAS

AMANN, Atxu; BENITO, Almudena. Chiquitectos: Taller de acciones lúdicas y educativas en torno a lo arquitectónico para una sociedad del futuro. In: Jornadas Científicas sobre Arquitectura, Educación y Sociedad, 2012. *Anais eletrônicos…* Barcelona: Universidad Politécnica de Catalunya, 2012, pp.1-4. Disponível em: <https://pa.upc.edu/ca/Varis/altres/arqs/congresos/copy_of_International-Workshop-COAC-Barcelona-2012---Jornadas-Cientificas-COAC-Barcelona-2012/comunicacions/sesion1-session-1/aman.a-de-benito-a>. Acesso em: out. 2018.

ANTUNES, B.; SAYEGH, S. *Casacadabra*: Invenções para morar. São Paulo: Pistache Editorial, 2016, 80p.

ARAUJO, A. C. O. et al. *AUÊ - Articulações Urbanas em Escada*. Salvador: Edição do autor, 2018. 80p. Disponível em: <bit.ly/2sCHk0R>.

ARAUJO, Ana Lúcia Castilhano. Algumas reflexões sobre o direito da criança à cidade e participação em espaços públicos. In: urbBA[17], 7., 2017. *Anais eletrônicos...*Salvador: Lugar Comum/UFBA, 2017, pp.1-11. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/44c1bf_2db5d08a87644c09866d7f106d3682f8.pdf>. Acesso em: out. 2018.

ARRUTI, Carlos; VARONA, Anabel. A arquitetura como experiência coletiva**:** estratégias de brincadeiras e aprendizagem estética na infância. In: VIII Congresso DOCOMOMO Ibérico, 8., 2013. *Anais...* Málaga: Universidad de Málaga, 2013, pp.1-10. Disponível em: <http://maushaus.info/wp-content/uploads/2016/06/Ponencia-Maushaus-DOCOMOMO.pdf >. Acesso em: out. 2018.

DIAS, Marina Simone; FERREIRA, Bruna Ramos. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidade contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.17, n.3, pp.118-133, Recife, set/dez. 2015.

CARERI, Francesco. Transurbância + walkscapes ten years later. *Revista Redobra*, n.11, pp.235-247, Salvador, 2011.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Reggio Emilia**: escolas feitas por professores, alunos e familiares. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/experiencias/reggio-emilia-escolas-feitas-por-professores-alunos-familiares/>. Acesso em: fev. 2018.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 1983.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013. 280p.

LIMA, Mayumi Souza. *A Cidade e a Criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn, GANDINI, Lella, FORMAN, George. *As cem linguagens da criança*: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p.59-104.

MOVILLA, Carolina; REZENDE, Júlia. **"**Zonzo: investigadores urbanos**":** um dispositivo de apreensão urbana construído em parceria com crianças residentes no Morro da Babilônia, Rio de Janeiro. In: urbBA[17], 7., 2017. *Anais eletrônicos...*Salvador: Lugar Comum/UFBA, 2017, p.1-16. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/44c1bf_23e51150e4af4a5597960e38e7205861.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: EGLER, T. T. C.; POGGIESE, H. (Org.). *Otro desarrollo urbano*: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-156.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. *Revista Ciência e Cultura*, p.21-22, Campinas, 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Uma agenda crítica para os estudos da criança. *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 1, p. 31-49, Rio de Janeiro, jan./abr. 2015.

SASO, C. E. et al. Comunidades de aprendizaje: una escuela en la sociedad de la información para todas las personas. In: SASO, C. E. et al. **Comunidades de aprendizaje**: transformar la educación. Editorial Graó: Barcelona, 2006, p.73-90.

SEEMAN, Jörn. *Carto-Crônicas*: uma viagem pelo mundo da geografia. 1ed. Gurupi: Veloso, 2012, pp.83-112.